



**Câmara Municipal de Campo Grande**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

## **Projeto De Lei Legislativo nº 11934/2025**

*Dispõe sobre a permanência e a forma de disponibilização dos documentos públicos relativos a contratos administrativos, convênios, acordos e instrumentos congêneres encerrados, no Portal da Transparência do Município de Campo Grande-MS, e dá outras providências.*

**Art. 1º** O Poder Executivo Municipal manterá, em seu Portal da Transparência ou repositório digital próprio, a íntegra dos documentos públicos relacionados a contratos administrativos, convênios, acordos, termos de parceria e demais instrumentos congêneres celebrados pela Administração Pública direta e indireta do Município de Campo Grande-MS, ainda que encerrados, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o término de sua vigência ou a prestação de contas final, o que for posterior.

**Art. 2º** Os documentos referidos no art. 1º deverão permanecer disponíveis de modo gratuito, eletrônico, irrestrito e em formato que permita consulta e download integral, vedada qualquer exigência de cadastro prévio ou identificação, resguardados os sigilos previstos em lei.

**Art. 3º** Deverão ser mantidos acessíveis, no mínimo:

- I - o instrumento contratual e seus aditivos;
- II - processos licitatórios, justificativas e eventuais dispensas ou inexigibilidades, quando houver;
- III - relatórios de execução, medições e fiscalizações;
- IV - aditivos, termos de rescisão, apostilamentos e documentos correlatos;
- V - prestação de contas e relatórios finais, se houver.

**Art. 4º** Os documentos deverão estar em formato digital pesquisável (OCR), assegurando leitura, pesquisa textual, indexação e download integral dos



**Câmara Municipal de Campo Grande**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

arquivos, inclusive para documentos originalmente não digitais.

**Art. 5º** O disposto nesta Lei não afasta a obrigatoriedade de divulgação dos documentos relativos a contratos e procedimentos vigentes, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e demais normas correlatas.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, observando a urgência e relevância da matéria, assegurando a adoção das medidas necessárias em prazo hábil para sua efetiva implementação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marquinhos Trad  
Vereador - PV

### **Justificativa**

A presente iniciativa visa fortalecer e modernizar a transparência e o controle social sobre a gestão pública municipal, garantindo a manutenção, no Portal da Transparência de Campo Grande-MS, dos documentos públicos relativos a contratos administrativos, convênios e instrumentos congêneres encerrados, por prazo mínimo de cinco anos após sua vigência ou prestação de contas.

Embora a legislação federal imponha o dever de divulgação de informações contratuais especialmente a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000 e LC nº 131/2009), a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e o Decreto nº 7.724/2012 -, não há prazo expresso de permanência desses documentos disponíveis para consulta pública após o término dos contratos. Entretanto, órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a



## **Câmara Municipal de Campo Grande** **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.

CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

Controladoria-Geral da União (CGU) recomendam, em manuais e auditorias, a manutenção de contratos, convênios e demais instrumentos disponíveis por, no mínimo, cinco anos após o encerramento. Tal orientação decorre da necessidade de permitir auditorias, revisões, investigações e responsabilizações administrativas, civis ou criminais dentro do chamado prazo prescricional quinquenal.

Vale destacar, como referência concreta, a Lei Municipal nº 5.352/2018 do Município de Pouso Alegre/MG, que estabeleceu de forma expressa que os dados e documentos dos portais de transparência devem permanecer publicados por cinco anos após o encerramento do exercício ou do instrumento, sendo considerada uma boa prática nacional replicada por outros entes subnacionais. Da mesma forma, os relatórios e avaliações do Radar da Transparência Pública, coordenados pelo TCU, sugerem como critério mínimo a disponibilização de informações históricas dos últimos cinco anos em portais eletrônicos.

É importante ressaltar que o prazo de cinco anos estabelecido nesta proposta não se confunde com o prazo de guarda arquivística previsto nas tabelas de temporalidade documental, as quais disciplinam o tempo mínimo de conservação física ou digital dos documentos nos arquivos administrativos, muitas vezes por prazo superior ao da transparência ativa. A proposta aqui apresentada tem como objetivo garantir, para fins de transparência e controle social, que os documentos permaneçam facilmente acessíveis ao cidadão, imprensa e órgãos de controle, diretamente pelo portal eletrônico do Município, por pelo menos cinco anos. Ou seja, trata-se de transparência ativa e facilidade de acesso, não apenas de conservação documental interna.

Ademais, a capacidade técnica e a viabilidade para cumprimento dessa obrigação são plenamente atendidas no âmbito do Município de Campo Grande. Nos últimos anos, a Prefeitura realizou investimentos significativos em datacenter próprio e adquiriu equipamentos modernos de armazenamento, suficientes para garantir a segurança e a adequada guarda digital de tais documentos. Além disso, há diversas opções amplamente utilizadas de armazenamento em nuvem, com alta escalabilidade, redundância e baixo custo operacional, assegurando a perenidade e o acesso contínuo às informações públicas, sem sobrecarga para a infraestrutura municipal.

A experiência local reforça a relevância desse aprimoramento. No contexto de atuação de Comissão parlamentar de inquérito da Câmara Municipal de Campo Grande, assessores recentemente enfrentaram



## **Câmara Municipal de Campo Grande ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

dificuldades ao tentarem acessar documentos de contratos na área de trânsito e transporte, que haviam sido retirados do Portal da Transparência mesmo tendo sido encerrados há menos de um ano, evidenciando a necessidade de um marco normativo municipal claro sobre o tema.

Além de garantir o acesso público contínuo, o projeto exige que os documentos estejam digitalizados, com possibilidade de pesquisa textual (OCR), download integral e acesso irrestrito, atendendo também à legislação de acessibilidade e às melhores práticas de governo aberto.

**Assim, a aprovação desta lei colocará Campo Grande-MS na vanguarda da transparência, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais, consolidando o direito do cidadão ao acesso à informação e fortalecendo o controle social.**

Campo Grande/MS, 03 de Julho de 2025.

Marquinhos Trad  
Vereador - PV